

EUROPA



Editorial

Edite Estrela *

MAIS DO MESMO

Fim de semestre, é tempo de mudança da Presidência da União Europeia. Termina a austríaca e começa a finlandesa. Uma chega ao fim sem honra nem glória e a outra anuncia-se sem grandes expectativas. É uma leitura possível do que se passou no Conselho Europeu de meados do mês e que representou, na prática, a passagem de testemunho entre as duas presidências. O que se passou foi pouco mais de nada.

Embora estivessem agendados assuntos tão importantes como o futuro do Tratado Constitucional (TC), o alargamento da União e a política energética, o resultado foi mais do mesmo. Mais pausa para reflexão sobre o Tratado, mais objecções a futuros alargamentos e mais indecisão em relação a uma possível estratégia comum de energia. Nada de novo, portanto, só indefinição. Talvez lá para 2008, depois das eleições legislativas em França e na Holanda, durante a Presidência francesa, haja condições políticas para que o impasse do Tratado Constitucional seja ultrapassado. Talvez. Até lá, à falta de outros alargamentos, alarga-se o período de reflexão. O que pode significar prosseguir com o processo de ratificação ou ficar sensatamente à espera para ver no que o Tratado vai dar. A Estónia procedeu à ratificação há pouco mais de um mês e a Finlândia prometeu fazê-lo durante a sua presidência. Dos quinze que já ratificaram o Tratado, dois fizeram-no por referendo (Espanha e Luxemburgo), mas só se fala do "não" em França e na Holanda!

Quanto ao alargamento, não basta, de futuro, cumprir os critérios de Copenhaga, as novas adesões vão ser condicionadas pela "capacidade de absorção" da União, condição que pode justificar todas as decisões, sejam a favor ou contra. Como é óbvio, os critérios devem ser cumpridos e é desejável que se discutam os limites e objectivos da União. Mas as expectativas não devem ser defraudadas e é justo reconhecer, dois anos depois da entrada dos dez novos membros, que o balanço económico é muito positivo e não só para os que entraram. Alargamento e aprofundamento são duas faces da mesma moeda da construção europeia.

O que verdadeiramente falta à Europa é liderança e um modelo. Sem rumo e sem ambição, o navio europeu lá vai andando semi-adormecido por águas mornas, sem se aperceber de que antes da tempestade há sempre bonança.

UNIÃO EUROPEIA QUER SOLUÇÃO PARA NOVO TRATADO ATÉ FINAL DE 2008

O segundo semestre de 2008 será o limite para os líderes da União Europeia tomarem uma decisão sobre o Tratado Constitucional, rejeitado em referendo na França e na Holanda em 2005. A Alemanha, que terá a presidência da União Europeia no primeiro semestre de 2007, ficou encarregue de apresentar soluções para ultrapassar o impasse, sendo certo que o actual tratado não deverá ser adoptado na sua actual forma. O Tratado Constitucional será, por isso, um dos temas centrais da presidência portuguesa, que decorrerá no segundo semestre de 2007.

No final do Conselho Europeu que decorreu em Bruxelas nos dias 15 e 16 de Junho, o Primeiro-Ministro, José Sócrates, considerou "prudente" a decisão dos líderes europeus prolongarem o período de reflexão, reafirmando o desejo de Portugal ratificar o Tratado através de referendo, mas apenas quando puder ser garantido aos cidadãos que o documento a referendar é o texto constitucional definitivo e consensualizado entre os líderes europeus, o que não acontece com a actual proposta.

"A base para uma evolução do futuro Tratado tem de ser o texto actual e deverá ser tão próximo dele quanto possível", disse José Sócrates, descartando, por isso, a possibilidade da actual proposta vir a ser ratificada em Portugal. De resto, também a Dinamarca, Reino Unido e Irlanda defendem que o actual projecto de Tratado deve ser abandonado, tal como a Holanda e a França já anun-

ciaram que não tencionam voltar a submeter o mesmo texto às respectivas opiniões públicas.

O Primeiro-Ministro considerou que, face ao "reconhecimento de que não há consenso na União Europeia sobre a estratégia a seguir a propósito do Tratado, é prudente "esperar e prolongar o período de reflexão até 2007, criando entretanto melhores condições na Europa para que o documento possa voltar a ser considerado".

Na medida em que caberá à presidência alemã apresentar um relatório com o ponto da situação e propostas para resolver o impasse até ao final de 2008, a presidência portuguesa da União, que começará em 1 de Julho de 2007, terá como um dos temas centrais a resolução deste problema, crucial para o futuro da Europa.

Segundo as conclusões do Conselho Europeu, da análise do relatório da presidência alemã, sairá "a base para outras decisões sobre a forma de levar por diante o processo de reforma, partindo-se do princípio de que as medidas necessárias terão sido tomadas, o mais tardar, no segundo semestre de 2008, competindo em particular às presidências em exercício desde o início do período de reflexão a responsabilidade de garantir a continuidade do processo".

Cimeira EU/África em Lisboa

Outra das conclusões do Conselho Europeu foi a realização, de uma Cimeira UE/África, em Lisboa. "A União Europeia reitera a importância de que se reveste o reforço do diálogo político UE/África, no âmbito do qual se deverá realizar, o mais rapidamente possível, uma segunda Cimeira, em Lisboa", lê-se no Comunicado final.

Refira-se que, em 9 de Junho Passado, José Sócrates, José Luís Zapatero e Jacques Chirac escreveram à presidência austríaca considerando as relações com África uma prioridade da União Europeia, apelando para que a segunda cimeira UE/África se realizasse durante a próxima presidência portuguesa.

"Por mais questões políticas que haja entre Estados-membros e outros países africanos, a verdade é que isso não deve condicionar, nem bloquear, nem adiar um diálogo político que é urgentíssimo, fundamentalmente na área das migrações", disse José Sócrates no final do Conselho Europeu.



Poul Rasmussen, José Sócrates, Eero Heinäluoma e Kurt Beck, após a reunião de líderes do PSE

PORTO VAI ACOLHER CONGRESSO DO PSE

O Congresso do Partido dos Socialistas Europeus vai realizar-se no Porto, nos dias 7 e 8 de Dezembro. O anúncio foi formalmente feito pelo líder do PSE, Poul Rasmussen, em Bruxelas, no passado dia 15 de Junho, numa conferência de imprensa em que esteve presente José Sócrates e também os líderes dos outros dois partidos que ao longo do próximo ano terão a seu cargo as presidências da União Europeia, designadamente, Eero Heinäluoma, vice-primeiro-ministro da Finlândia e o líder do SPD, Kurt Beck.

O Congresso, que tem vindo a ser preparado em conjunto com o PS, colocará o Porto no centro das atenções, já que terá a presença de inúmeros líderes europeus e muitos outros convidados de instituições ligadas aos partidos socialistas. Ao longo dos dois dias de conclave esperam-se mais de mil pessoas, entre delegados ao Congresso e responsáveis políticos próximos dos partidos socialistas. Além

disso, antes do Congresso, haverá também reuniões do Grupo Parlamentar dos Socialistas europeus, que congrega os 200 deputados socialistas no Parlamento Europeu, e das Mulheres Socialistas Europeias.

Em declarações proferidas na conferência de Imprensa em Bruxelas, José Sócrates disse esperar que do Congresso do Porto saíssem "contributos para uma Agenda do Porto capaz de servir de referência e de orientação para os partidos socialistas europeus".

No mesmo encontro, José Sócrates definiu algumas prioridades para as próximas três presidências da União Europeia, que passam pelo restabelecimento do crescimento económico, por encontrar uma solução para a proposta de Tratado Constitucional e pelo alargamento.

A presidência portuguesa da União Europeia será no segundo semestre de 2007.

*Presidente da Delegação Portuguesa no PE

A Europa vista de Portugal

A Turquia e a União Europeia



Paula Nobre de Deus*

Perante o confronto com a nossa história e a da adesão à então CEE, a solidariedade deverá ser para Portugal não apenas um valor de referência, mas um imperativo. A defesa da adesão da Turquia à UE e de outros países candidatos deve reflectir a nossa própria matriz e ser equacionada a partir deste pressuposto. Todavia, esta Europa não é espaço de consensos, está longe de ser “uma cabeça, uma só voz”. É uma casa de afirmação de diferenças, de uma cidadania exigente que não deseja abrir mão da qualidade de vida e do bem estar de uma sociedade emancipada à escala mundial. A diversidade é um factor de enriquecimento mútuo. Aceitar a diferença é uma condição para a paz.

A adesão da Turquia, na sua idiossincrasia e heterogeneidade, é mais uma pedra para reforçar os alicerces da confiança e do conhecimento mútuo, na convicção que terá capacidade de ultrapassar em tempo útil questões em aberto, como sejam as relacionadas com direitos humanos e protecção das minorias e as suas obrigações internacionais, nomeadamente na relação com Chipre. Realço o facto de a Turquia ter tido uma mulher como 1ª Ministra já em 1993, a Senhora Tansu Ciller.

O Projecto Europeu tem sido desde sempre aberto, de compromisso colectivo, procurando compatibilizar os interesses gerais e particulares dos vários parceiros da União. A política deve ter a perspectiva de nos ganharmos uns aos outros para a construção comunitária.

Desde 1973, aderiram 19 países ao projecto de uma união europeia. Em paralelo, a União Europeia desenvolveu políticas comuns, criou o mercado único e o espaço Schengen, adoptou uma moeda única. Estas etapas não correspondem necessariamente a uma evolução linear, como não o são os seus efeitos em cada Estado-Membro. É preciso fazer mais e melhor, pois a resposta às preocupações e expectativas dos cidadãos terá de ser sempre mais competente. Tal como é necessário não transformarmos o processo de alargamento no responsável pela instabilidade que se vive. As reformas que é necessário empreender nas políticas e instituições da União devem ser feitas para melhorar o seu funcionamento, com ou sem alargamento. A adesão de novos países só vem reforçar a necessidade dessas reformas.

Na Parceria de Adesão para a Turquia considera-se prioritário que cumpra objectivos relacionados com diversas áreas, entre os quais destaco os seguintes: continuar a adoptar medidas contra todas as formas de violência contra as mulheres; continuar a fomentar o papel da mulher na sociedade, sobretudo a sua educação e a participação na vida política social; melhorar os esforços de formação profissional, designadamente para os jovens; continuar a desenvolver esforços para resolver o problema do trabalho infantil, e continuar a desenvolver o quadro estratégico para a coesão económica e social destinado a diminuir as disparidades a nível regional.

Estes também são objectivos que nós próprios continuamos a prosseguir no quadro do desenvolvimento sócio-económico à escala europeia. Está aberta a questão de saber se a Europa, toda a Europa, vai desejar dar as mãos e fazer uma verdadeira “task force” rumo à coesão económica, social e territorial. A Europa nunca será uma obra acabada e, claramente, terá de ter capacidade de conter nas suas margens o caudal de um rio que se deseja cada vez mais forte.

Hoje a Europa não é o “El Dorado”, é uma oportunidade da cidadania europeia se auto-determinar, ao invés de assumir o estatuto de Torre de Pisa, que “não cai mas nunca se endireita”. Assim, também partilho a ideia que a Europa neste momento está confrontada com a capacidade de realizar a sua utopia, está no tempo de fazer um “retiro espiritual” para reflectir sobre a sua essência.

Perante o que a UE representa, espero que a adesão da Turquia seja um contributo para um jogo de glória, numa Europa mais solidária, capaz de desenvolver o seu modelo social e de crescimento. Numa Europa que hoje está confrontada com fortes desafios internacionais e com o acelerado ritmo das mudanças impostas pela globalização. O jogo vai ser seguramente difícil, mas é aliciante.

* Membro da Comissão dos Assuntos Europeus da AR

PARLAMENTO EUROPEU QUER MAIS APOIO PARA TIMOR-LESTE

Mais apoios da comunidade internacional e da União Europeia, reforço da missão das Nações Unidas e apelo ao diálogo entre as partes em conflito em Timor-Leste, são os principais apelos da Resolução do Parlamento Europeu aprovada na última sessão plenária de Estrasburgo, e que teve como negociadora em nome do PSE a deputada Ana Gomes.

O texto sublinha a importância vital do papel desempenhado pela comunidade internacional e pelas Nações Unidas no processo de consolidação democrática de Timor-Leste, solicitando, por isso, que sejam mantidas e aumentadas as ajudas necessárias para a promoção da cultura multipartidária, edificação de instituições e reforço das redes de educação e de saúde.

O Parlamento Europeu considera também urgente o envio de uma força policial sob os auspícios das Nações Unidas, bem como “o estabelecimento de canais eficazes de comunicação e de colaboração entre as forças internacionais envolvidas, com vista à restauração da ordem pública e da estabilidade do país”.

Os parlamentares apelam também a todas as partes envolvidas no conflito para que dialoguem e propõem o envio de uma delegação a Timor-Leste, já no próximo Outono, para avaliar a situação política e examinar a adequação dos programas de assistência da União Europeia.

Para a deputada Ana Gomes, membro da Comissão dos Assuntos Externos do Parlamento Europeu, a Resolução “é positiva, uma vez que reconhece a crise e as insuficiências da comunidade internacional no acompanhamento do processo em Timor-Leste, que de alguma maneira explicam também que a crise interna se tenha dado com esta violência e gravidade”.

A deputada apelou à Comissão Europeia e ao Conselho para que reforcem, desde já, a ajuda a Timor-Leste.

Entretanto, Ana Gomes esteve em Timor-Leste no final de Maio, precisamente na altura em que a tensão política e a



A deputada Ana Gomes esteve em Timor no final de Maio quando a situação estava muito tensa



insegurança estavam no auge, onde manteve encontros com o Presidente Xanana Gusmão, com o primeiro-ministro Mari Alkatiri, com os bispos de Dili e Baucau e ainda outras destacadas personalidades.

Na sua opinião, o súbito descalabro que se viveu em Timor “poderia ter sido evitado se uma solução para a crise política subjacente à de segurança tivesse sido facilitada e en-

contrada mais cedo”.

Portugal tem em Timor-Leste uma importante força de segurança, composta por 127 militares da GNR.

Entretanto, depois das insistentes notícias que referiam a ligação do primeiro-ministro Mari Alkatiri à distribuição de armas a civis, foi o próprio presidente Xanana Gusmão a anunciar publicamente que e o chefe de Governo timorense se devia demitir, o que acabou por acontecer. O ex-ministro do Interior, Rogério Lobato, foi também referenciado como tendo responsabilidades na distribuição de armas a civis com o propósito de formar milícias para atacarem elementos da oposição e outras forças da sociedade.

CARACTERÍSTICAS DA PESCA COSTEIRA DEFENDIDAS EM ESTRASBURGO

As actividades de pesca costeira deveriam ser maioritariamente artesanais, com grandes ligações às comunidades locais e com um impacto económico à escala dessas mesmas comunidades”, disse o deputado Paulo Casaca no hemiciclo de Estrasburgo, no debate de um relatório sobre este tema.

Paulo Casaca destacou particularmente a necessidade de se “adaptar o conceito de pesca costeira às realidades económicas, sociais e sobretudo geográficas das várias regiões envolvidas, sublinhando que em zonas vulcânicas, sem plataforma continental e caracterizadas pela existência de bancos de pesca por vezes a grandes distâncias, como os Açores e a Madeira, aquele conceito – entendido como pequena pesca de comunidades locais com predominância de meios artesanais – tem de ser adaptado, para fazer equivaler os bancos de pesca aos das plataformas continentais.

Para o deputado, esta mudança de entendimento é “extremamente importante no caso dos Açores, na medida em que constitui uma outra forma de compreender a razão pela qual a definição de águas territoriais não pode ser feita com critérios de distância independentes das realidades geográficas”.

Apesar de reconhecer as dificuldades em estabelecer, a nível da União Europeia, uma definição comum de pesca costeira, o Parlamento Europeu defendeu que é imperioso fixar critérios mínimos que sejam aceitáveis para todos e que assegurem o necessário equilíbrio entre as actividades de pesca costeira, de alto mar e recreativa.

Entre os critérios mínimos, os deputados consideram que se deverão ter em conta, entre outros, aspectos como a pequena pesca costeira, o comprimento das embarcações e a distância do porto de origem a que operam e o período máximo de tempo em que a embarcação está ausente do porto.

PROJECTOS COM EFICIÊNCIA ENERGÉTICA PRIORITÁRIOS PARA FUNDOS DA UNIÃO

Dar prioridade a projectos que promovam a racionalização do uso da energia no âmbito da utilização dos Fundos Estruturais e de Coesão e fazer acompanhar a liberalização dos mercados energéticos de uma melhoria da regulação, de forma a garantir a protecção dos consumidores, são duas das principais medidas defendidas pela deputada Elisa Ferreira, durante um debate em Bruxelas sobre o Livro Verde da Comissão Europeia para a eficiência energética.

Na qualidade de relatora do parecer da Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários sobre a eficiência energética, a deputada sublinhou que a poupança em termos de energia reduz a dependência europeia em relação a um bem que é essencial, contribui para o desenvolvimento sustentável e aumenta a competitividade, ao evitar o desperdício.

Na sua opinião, o mais importante neste domínio é agora passar dos objectivos à prática, e alterar hábitos e práticas de desperdício. De forma a serem obtidos bons resultados, deveria haver campanhas de informação claras para os consumidores sobre o consumo energético, o que requer a harmonização de normas e etiquetagem e ainda a adopção e o seu reconhecimento a nível internacional. Defendeu também nas cidades dos países da coesão uma intervenção coerente no que respeita à estratégia para a energia, nomeadamente na requalificação dos sistemas de transporte, que “poderia produzir resultados muito interessantes”.

Apenas para se ter uma ideia do que se poderia poupar, basta referir que há um desperdício de cerca de 10 por cento de energia com os equipamentos electrónicos de utilização doméstica, o que equivale a uma factura que ronda os 15 biliões de euros anuais em toda a União Europeia.

FUNDO PARA A GLOBALIZAÇÃO PRECISA DE SE ADEQUAR MELHOR A PORTUGAL

Visto de Bruxelas

Apoiar Timor-Leste



Emanuel Jardim Fernandes*

Na 11ª Sessão da Assembleia Parlamentar Paritária ACP-UE que decorreu na semana passada em Viena, realizou-se um debate sobre a situação em Timor-Leste.

Pedi tempo de palavra para, como português, Eurodeputado e membro desta Assembleia, na sessão em que se estreia aquele recém Estado independente como membro do Grupo dos Países de África, Caraíbas e Pacífico (ACP's), e face aos recentes acontecimentos registados, manifestar a minha solidariedade à República Democrática de Timor-Leste, ao povo timorense e às suas autoridades legítimas.

Também para apelar a todos os membros da Assembleia, aos seus Estados nacionais, da União Europeia e dos ACP's, e à Comunidade Internacional, em particular às Nações Unidas (NU's), a prosseguir o seu apoio crucial ao processo de consolidação do Estado de Timor-Leste, da sua independência e soberania, bem como à consolidação da democracia neste.

Três ideias principais pautaram a minha intervenção:

1º) A refutação das vozes que clamam que tais acontecimentos são a expressão do falhanço do novo Estado. Estas não podem vingar! São falsas! Servem outros interesses, que não os do povo de Timor.

Não estão em causa a independência e a soberania do Estado timorense, nem a legitimidade das suas instituições, nem sequer a legitimidade e a democraticidade das suas autoridades.

O Estado foi criado por vontade soberana e sacrifício do seu povo, e empenho da Comunidade Internacional. Este é argumento suficiente contra a tese do "Estado falhado".

As instituições fundam-se na Constituição elaborada pela Assembleia Constituinte eleita em 2001. As autoridades resultaram de eleições reconhecidas como pacíficas, livres e justas.

Na gestão da actual crise política e na tentativa da sua superação as instituições de Timor estão a funcionar e as suas autoridades legítimas a assumir as suas responsabilidades, no respeito da Constituição.

2º) Os violentos confrontos armados e a crise política que estalou devem-se sim à juventude do Estado timorense e à sua ainda incipiente democracia e instituições. Normal num Estado recém-nascido que dá os primeiros passos na via da democracia!

Mas também a Comunidade Internacional, designadamente as NU's, têm nisso responsabilidades, ao retirarem-se antes de estar assegurada a consolidação do Estado e da democracia, bem como o normal funcionamento das instituições, ignorando as difíceis condições económicas, sociais e de segurança em que se encontra o país.

3º) A Comunidade Internacional, as NU's, a UE e os seus Estados-membros, em especial Portugal porque tem responsabilidades históricas, devem ajudar Timor a pôr cobro à violência e a restaurar a ordem pública, a segurança e a estabilidade política e social; a conceder apoio técnico e financeiro para a reconstrução das infraestruturas e das estruturas político-administrativas essenciais ao seu desenvolvimento; e a manterem e intensificarem o apoio à consolidação da democracia, através do reforço das instituições, para que possam assumir plenamente as suas funções.



A deputada Jamila Madeira promoveu uma audição com representantes da AR, Governo, parceiros sociais e mundo empresarial

O Regulamento que institui o Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização tem vários aspectos que precisavam de ser alterados para se adequar melhor à realidade económica e social de Portugal e de outros Estados-membros de pequena e média dimensão, consideraram os representantes do Governo, da Assembleia da República, do mundo empresarial e dos sindicatos numa audição pública promovida pela deputada Jamila Madeira, no Centro Jean Monet, em Lisboa.

Este Fundo, para cuja proposta de Regulamento Jamila Madeira é relatora para a Comissão de Desenvolvimento Regional do Parlamento Europeu, destina-se a intervir sempre que as mudanças na estrutura do comércio mundial provoquem graves perturbações económicas devido a um aumento maciço das importações para a União Europeia, ao declínio progressivo da quota de mercado num determinado sector ou a deslocalização para países terceiros.

Para haver uma intervenção do Fundo, o Regulamento estabelece que haja pelo menos 1.000 trabalhadores despedidos numa empresa e/ou suas fornecedoras ou então que se verifique o mesmo número de despedidos num período de seis meses numa ou mais empresas de um determinado sector. É essencialmente em virtude desta disposição da proposta de Regulamento que a generalidade dos intervenientes considerou que ele será de difícil aplicação em Portugal, não obstante o actual caso da General Motors da Azambuja ser um dos que poderia ser abrangido se já estivesse em vigor.

Para Vítor Ramalho, presidente da Comissão dos Assuntos Sociais da Assembleia da República, "a nossa estrutura empresarial dificilmente se enquadra neste Regulamento, que encaixa mais em países de maiores dimensões". Na sua opinião, o facto de algumas deslocalizações puderem verificar-se dentro da União Europeia, como é o caso da ameaça da Opel da Azambuja ir para Saragoça, deve reforçar ainda mais a protecção dos países mais vulneráveis a estas ocorrências. Também a representante do Ministério do Trabalho e Solidariedade Social, Ana Coelho, considerou que o Regulamento

proposto deveria ser alterado nos artigos sobre os critérios de intervenção, acções elegíveis e requisitos das candidaturas para obtenção do apoio do Fundo. Designadamente, as acções elegíveis deveriam ter um prazo de execução de 24 meses e não de apenas 18, não deveria ser somente considerada a figura do despedimento colectivo e deveriam ser reduzidas as exigências burocráticas na apresentação da candidatura.

João Cravinho, presidente da Comissão dos Assuntos Económicos da Assembleia da República, além de partilhar a necessidade do Regulamento ter uma estrutura que servisse melhor os interesses de Portugal, considerou que ele deveria ter também um carácter mais preventivo e não apenas curativo, dada a natureza da nossa produção ser bastante vulnerável à globalização, visto 42 por cento ser de baixa tecnologia, 47 cento de tecnologia intermédia e apenas 12 cento de alta tecnologia.

Igualmente em sintonia com estas posições esteve o industrial Henrique Neto, que sublinhou a necessidade de ser feita uma análise e ter-se um conhecimento mais aprofundado dos nossos sectores de actividade económica, para melhor poder agir sobre eles, tanto para os desenvolver como para os proteger.

Participou também no debate, em representação do Comité Económico e Social, Victor Hugo Cerqueira.

A encerrar a audição, Jamila Madeira considerou os contributos muito positivos e em sintonia com as alterações que pretende apresentar à proposta de Regulamento. Além disso, defendeu que o Fundo deveria ter uma dotação anual superior aos 500 milhões de euros previstos, tendo também manifestado preocupação com a sua constituição. Com efeito, o Fundo terá verbas oriundas de outras rubricas financeiras que não forem gastas em anos anteriores, sendo que o Parlamento Europeu tem considerado que as verbas destinadas à generalidade dos programas são insuficientes para que os objectivos das políticas da União sejam plenamente atingidos.

CONTACTOS DOS DEPUTADOS:

www.partido-socialista.net/pspe - Página dos Socialistas Portugueses no Parlamento Europeu

Edite Estrela - Presidente da Delegação Socialista; Comissão dos Direitos da Mulher e Igualdade de Géneros (1ª vice-presidente); Comissão do Ambiente, Saúde Pública e Segurança Alimentar

Ana Gomes - Comissão dos Assuntos Externos; Sub-Comissão de Segurança e Defesa (vice-presidente) Desenvolvimento; Comissão dos Direitos da Mulher e Igualdade dos Géneros

Capoulas Santos - Comissão da Agricultura; Comissão das Pescas; Comissão do Ambiente, Saúde Pública e Segurança Alimentar

Elisa Ferreira - Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários; Comissão do Comércio Internacional

Emanuel Jardim Fernandes - Comissão dos Transportes e Turismo; Comissão do Desenvolvimento Regional

Fausto Correia - Comissão das Liberdades Cívicas, Justiça e Assuntos Internos; Comissão dos Transportes e Turismo

Francisco Assis - Comissão do Comércio Internacional; Comissão dos Assuntos Externos; Sub-Comissão dos Direitos do Homem

Jamila Madeira - Comissão do Desenvolvimento Regional; Comissão do Emprego

e Assuntos Sociais

Joel Hasse Ferreira - Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais; Comissão do Mercado Interno e da Protecção dos Consumidores; Controlo Orçamental

Manuel dos Santos - Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários; Comissão da Indústria, Investigação e Energia

Paulo Casaca - Comissão do Controlo Orçamental (Coordenador do Grupo Socialista); Comissão dos Orçamentos; Comissão das Pescas

Sérgio Sousa Pinto - Comissão dos Assuntos Constitucionais; Comissão das Liberdades Cívicas, Justiça e Assuntos Internos

ENDEREÇOS ÚTEIS

www.socialistgroup.org - Página do Grupo Socialista no Parlamento Europeu

www.pes.org - Página do Partido Socialista Europeu

www.socialistinternational.org - Página da Internacional Socialista

www.ps.pt - Página do Partido Socialista

www.europarl.eu.int - Página do Parlamento Europeu

www.europa.eu.int - Portal da União Europeia

FICHA TÉCNICA

Edição Grupo Parlamentar do PS no Parlamento Europeu

Editor Paulo Pisco **Layout e Paginação** Gabinete de Comunicação do PS

Periodicidade Mensal **Tel.** 213 822 000 **Fax.**

213 822 037 **Email** ppisco@ps.pt **Endereço** Acção Socialista

– Largo do Rato nº 2, 1269-123 Lisboa

Eurosíntese

SOLIDARIEDADE COM TRABALHADORES DA GM

Os deputados Jamila Madeira e Joel Hasse Ferreira escreveram à Comissão de trabalhadores da General Motors da Azambuja, ao Director da GM-Portugal, ao Presidente da Câmara Municipal da Azambuja e ao Ministro da Economia e Inovação manifestando a sua preocupação e total solidariedade em relação à situação alarmante que vive aquela unidade da Opel em Portugal. Os deputados, membros da Comissão do Emprego e Assuntos Sociais, disponibilizaram-se para envidar todos os esforços ao nível das instâncias comunitárias no sentido de ajudar a encontrar uma solução para o problema, solicitando para o efeito um encontro de trabalho com as entidades referidas.

EUROPA COM DÉFICE DE VONTADE POLÍTICA

“Défice de cidadania e de vontade política”, são os dois principais factores que explicam a crise institucional que a União Europeia atravessa actualmente, afirmou o deputado Manuel dos Santos numa conferência em Coimbra sobre “O futuro do processo institucional da União Europeia”, promovida pelo Centro de Informação Europeia “Europe Direct”, da Beira Litoral. Na sua opinião, a crise, que considerou ser “profunda e estrutural”, só poderá ser resolvida quando existir uma vontade política uniforme de todos os Estados-membros “e não cada um a puxar para seu lado e houver uma maior aproximação dos cidadãos ao projecto europeu”. Considerou também que o novo Tratado Constitucional “seja não apenas um instrumento para o funcionamento da União alargada, mas sobretudo um meio para melhorar o governo económico da Europa”.

MADEIRA EM DISCUSSÃO

Observar localmente projectos co-financiados por fundos comunitários na Madeira, conhecer melhor a realidade regional e realizar encontros com diversas autoridades e instituições, agentes económicos e meios académicos, foi o principal objectivo de uma visita à região de uma delegação de deputados socialistas da Comissão de Desenvolvimento Regional do Parlamento Europeu, por iniciativa do deputado Emanuel Jardim Fernandes. Para a delegação dos socialistas europeus, um dos aspectos mais relevantes da visita à região da Madeira foi o facto de ter sido possível estabelecer encontros entre deputados do Parlamento Europeu, da Assembleia da República e da Assembleia Legislativa Regional para discutir a definição de políticas de desenvolvimento regional e de coesão e a sua aplicação nos Estados-membros e respectivas regiões. Os deputados deixaram também o apelo a um maior envolvimento e participação de todas as forças vivas da região.

TARIFAS PARA ESTUDANTES AÇORIANOS

O deputado Paulo Casaca pediu explicações à Comissão Europeia, através de uma pergunta escrita, pelo facto dos estudantes açorianos não estarem a beneficiar do mesmo tarifário aéreo aplicável aos restantes residentes nas ilhas, não obstante uma Comunicação da Comissão referir que todas as rotas que tenham como origem ou destino Lisboa ou Porto deverem ser iguais. “No entanto – diz o deputado – as companhias aéreas não têm aplicado ao tarifário de estudante a mesma regra que existe para os residentes, impedindo, na prática, a utilização de aeroportos diferentes, o que não faz sentido”.

CAPOULAS SANTOS EM BREST

O deputado Capoulas Santos esteve em Brest, na região da Bretanha, no âmbito de uma visita da Comissão de Pescas do Parlamento Europeu. O deputado visitou diversas instalações portuárias e explorações no domínio da aquacultura, e manteve contactos com representantes de pescadores e de armadores. Várias reuniões e debates fizeram parte da agenda da deslocação, que teve como principal objectivo auscultar as preocupações dos agentes do sector pesqueiro local.

20 ANOS NA UNIÃO EUROPEIA

“20 anos de Portugal na União Europeia”, foi o tema do debate em que participou o deputado Fausto Correia, organizado pela Associação Juvenil de Estudos Europeus e Comunitários de Coimbra. Participou igualmente no debate, que decorreu na Casa Municipal da Cultura, o ex-presidente da Assembleia da República, Mota Amaral.

UNIÃO VAI CLARIFICAR SITUAÇÃO DOS SERVIÇOS SOCIAIS EUROPEUS

A União Europeia vai clarificar a situação dos serviços sociais de interesse geral, de forma a garantir um fornecimento mais seguro e estável e de maior qualidade. Cabem naquela designação os serviços de saúde, os cuidados de longa duração, como os prestados à infância ou pessoas carentes, a segurança social, os serviços de emprego e a habitação social. A Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais do Parlamento Europeu designou como relator o deputado Joel Hasse Ferreira para o trabalho preparatório que será desenvolvido naquele domínio e que poderá mesmo dar origem a uma Directiva-Quadro.

A definição de uma posição sobre os assuntos sociais de interesse geral assume uma particular importância na sequência da aprovação da polémica Directiva sobre os Serviços, que deixou de fora precisamente as condições de prestação dos serviços de natureza social.

Embora a definição das missões e dos objectivos dos serviços sociais e de saúde seja essencialmente da competência dos Estados-membros, a definição de regras e a clarificação da situação no sector terá um importante impacto no seu funcionamento, designadamente ao nível da sua execução e financiamento.

Torna-se assim possível adequá-los mais às necessidades das sociedades actuais e, por exemplo, preservar a sua singularidade associada a características específicas em matéria de solidariedade, voluntariado e inserção de grupos mais vulneráveis.

Na Comunicação relativa ao Livro Branco sobre os Serviços de Interesse Geral, a Comissão Europeia considera fundamental desenvolver uma abordagem sistemática, a fim de identificar e reconhecer as especificidades dos serviços sociais e de saúde de interesse geral e esclarecer o quadro no qual funcionam e podem ser modernizados.



Joel Hasse Ferreira é relator do Parlamento Europeu para os Serviços Sociais de Interesse Geral

Ao intervir como um dos principais oradores numa conferência que se realizou em Paris no passado dia 30 de Maio sobre o tema, Joel Hasse Ferreira sublinhou a importância da União Europeia proceder a uma análise aprofundada sobre o que se passa em cada país no que respeita aos serviços sociais de interesse geral, de modo a eliminar áreas cinzentas que possam existir. “Há naturalmente diferenças, mas que devem ser tidas em conta sempre que se trate de criar novas regras ou de clarificar as já existentes no domínio social”, afirmou o deputado.

Para Hasse Ferreira, é fundamental que o processo entretanto iniciado pela Comissão Europeia possa conduzir à clarificação do papel e do quadro legal de actuação de todos os organismos e instituições naquele domínio, “dentro do espírito de uma Europa desenvolvida e com regras mais claras, mas também mais solidária”.

Os serviços de interesse geral na União Europeia são essenciais para a coesão social e para a competitividade das economias, havendo um amplo consenso a nível europeu quanto à necessidade de assegurar o seu fornecimento com base nos princípios da qualidade e da acessibilidade dos preços para todos os cidadãos e empresas.

INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO COM ORÇAMENTO DE 50 MIL MILHÕES

O orçamento da União Europeia para investigação e desenvolvimento tecnológico para o período 2007-2013 será de 50.862 mil milhões de euros, um salto gigantesco em relação às verbas que este domínio tinha para o actual período de programação financeira, que era de apenas 16.270 mil milhões de euros.

O relatório sobre o 7º Programa Quadro para a Investigação e Desenvolvimento foi aprovado na última sessão plenária do Parlamento Europeu, em Estrasburgo, e representa um dos domínios chave através do qual a União Europeia pretende aumentar a sua competitividade e acelerar o crescimento económico, elevando a capacidade científica e tecnológica e aumentando o número de investigadores no espaço comunitário.

O 7º Programa Quadro incide em cinco programas específicos para que aqueles objectivos sejam atingidos: “Cooperação”, “Ideias”, “Pessoas”, “Capacidades” e “Acções não Nucleares do Centro Comum de Investigação”. Pretende-se assim fomentar a cooperação transnacional, desenvolver a investigação de alto nível nas fronteiras do conhecimento à escala da União, tornar a actividade de investigador mais atraente, e otimizar a utilização de infra-estruturas de investigação.

Ao intervir como relatora-sombra pelo Grupo Socialista no debate do relatório sobre o 7º Programa-Quadro, Edite Estrela apresentou várias propostas que receberam o acolhimento



Edite Estrela foi relatora-sombra sobre o 7º Programa Quadro

favorável do hemiciclo, designadamente no âmbito do desenvolvimento da investigação sobre as alterações climáticas e a sua relação com as catástrofes naturais, como a seca, as inundações ou os incêndios, a par do aprofundamento das pesquisas para ajudar a resolver o problema energético da Europa.

A deputada referiu-se também à investigação em células estaminais embrionárias, afirmando que, “apesar da controvérsia, representa um domínio muito promissor e com resultados encorajadores no tratamento de doenças como o Parkinson e o Alzheimer, que não seriam possíveis apenas com o recurso a células estaminais adultas ou provenientes do cordão umbilical”.

Edite Estrela sublinhou ainda a importância das políticas de investigação e desenvolvimento para o sucesso da Estratégia de Lisboa.

Na mesma sessão plenária, a deputada interveio também no debate sobre a Directiva para a avaliação e gestão dos riscos de inundações na Europa.